

UNIÃO AFRICANA

الاتحاد الأفريقي

UMOJA WA AFRIKA



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

UNIÓN AFRICANA

---

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 115 517 700 Fax: +251 115 517 844  
Website: [www.au.int](http://www.au.int)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Quadragésima Quarta Sessão Ordinária**

**15 Janeiro - 15 de Fevereiro de 2024**

**Adis Abeba, ETIÓPIA**

**EX.CL/1461(XLIV)**

Original: Inglês

**RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DO  
SUBCOMITÉ DO CRP PARA OS REFUGIADOS, REPATRIADOS E  
DESLOCADOS INTERNOS REFERENTE AO ANO DE 2023**

## I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório apresenta as actividades do Subcomité do Comité de Representantes Permanentes (CRP) para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos referentes ao período de Janeiro a Dezembro de 2023. Estas actividades basearam-se num plano de trabalho que foi aprovado pelo Subcomité numa reunião plenária a 13 de Abril de 2023.
2. O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos realizou e prestou apoio, orientação e liderança no que diz respeito às seguintes actividades: -
  - a. Missões de Avaliação Humanitária a Estados-Membros seleccionados afectados por crises humanitárias.
  - b. Operacionalização da Agência Humanitária Africana
  - c. Participação em reuniões organizadas pelo Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social (HHS):
  - d. Participação nos seguintes fóruns mundiais

## II. MISSÕES DE AVALIAÇÃO HUMANITÁRIA REALIZADAS EM 2023

3. Em 2023, o Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos planeou e executou visitas de trabalho no terreno a sete Estados-Membros da União Africana e estendeu o Gesto de Solidariedade a oito Estados-Membros, nomeadamente, Mali (USD150 000), Eswatini (USD150 000), Etiópia (USD150 000), Malawi (USD500 000), Mali (USD150 000), Moçambique (USD150 000), República Sarauí (USD150 000) e Somália (USD150 000). A Comissão está em processo de transferência de fundos de solidariedade para o Estado da Líbia (USD500 000), República Democrática do Congo (USD150 000), Marrocos (USD500 000) e Nigéria (USD150 000).
4. A República Democrática do Congo e a Mauritânia não foram visitados porque a Comissão não obteve autorização das autoridades governamentais para realizar as missões nesses países.
5. As missões na Líbia, Etiópia, Marrocos e Nigéria serão feitas em Novembro e Dezembro de 2023 se a Comissão receber autorização das autoridades competentes.

## RELATÓRIOS ESPECÍFICOS DE CADA PAÍS

### ESWATINI

6. A Missão de Avaliação Humanitária no Reino de eSwatini foi conduzida de 26 a 29 de Julho de 2023, e liderada por S.Ex.<sup>a</sup> Alifre Ayele, Embaixador da República Democrática Federal da Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana.

Fez-se acompanhar do Director de Saúde e Assuntos Humanitários e por um Funcionário da Divisão de Assuntos Humanitários.

7. A Missão expressou solidariedade dos Estados-Membros da UA com o Governo e o povo de eSwatini e doou cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América (USD150 000) ao governo e ao povo de eSwatini e encorajou-os a lidar e a encontrar uma solução duradoura para os deslocados internos.

8. A missão da UA reuniu-se com S.Ex.<sup>a</sup> Chefe Ndlaluhlaza, Primeiro-Ministro Interino, S.Ex.<sup>a</sup> Mabulala Maseko, Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, e o Ministro Interino dos Assuntos Internos e de Gestão Nacional do Risco de Catástrofes,

### **Resultados da Missão**

9. A situação humanitária no Reino de Eswatini foi causada pelo ciclone Eloise, que afectou quatro (4) regiões, nomeadamente Hhohho, Manzini, Lubombo e Shiselwini, tendo provocado prejuízos e danos às infra-estruturas críticas, incluindo casas e culturas. Esta situação afectou os meios de subsistência dos cidadãos e imobilizou as comunidades, uma vez que a conectividade entre elas foi destruída.

10. Os danos às infra-estruturas sociais críticas e básicas foram significativos e dificultaram a prestação de serviços sociais essenciais, como saúde, educação, água, energia, transportes e comunicação. A missão tomou conhecimento de que o país sofreu 4 mortes, 2.768 pessoas foram afectadas, 777 casas, 53 pontes e 774 km de infra-estruturas rodoviárias foram destruídas. O prejuízo financeiro foi estimado em cerca de 500 milhões de euros.

### **Desafios**

11. O país foi obrigado a redireccionar os recursos destinados ao desenvolvimento para fazer face à necessidade de recursos e mitigar as consequências do ciclone Eloise. Isso afectará em grande medida os planos de desenvolvimento do país. Além disso, a falta de recursos adequados minimizou a capacidade do país de responder rapidamente às crises humanitárias. De igual modo, devido ao mau tempo persistente, os esforços de reconstrução foram interrompidos, o que aumentou ainda mais os obstáculos à conectividade e à reparação das infra-estruturas críticas.

### **Recomendações**

12. A missão recomendou que a UA e os parceiros devem apoiar o Governo de Eswatini e a Agência Nacional de Gestão de Catástrofes no reforço das capacidades em matéria de gestão do risco de catástrofes e de resiliência, bem como na coordenação intersectorial no que diz respeito ao aviso prévio e à acção rápida.

**MALAWI**

**13.** O ciclone tropical Freddy devastou a República do Malawi, causando, no mínimo, 676 mortes e afectando mais de dois (2) milhões de pessoas, para além de ter causado danos em estradas e infra-estruturas críticas.

**14.** A convite do Governo do Malawi, o Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos realizou uma visita humanitária ao Malawi de 23 a 27 de Abril de 2022. A missão foi chefiada conjuntamente por S.Ex.<sup>a</sup> Minata Samate Cessouma, Comissária para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social e S.Ex.<sup>a</sup> Mahlaba Ali Mamba, Embaixador do Reino da eSwatini e Presidente do Subcomité do CRP para os Refugiados, acompanhados de funcionários da Direcção de Saúde e Assuntos Humanitários.

**15.** A missão da UA no Malawi reuniu-se com a S.Ex.<sup>a</sup> Lázaro Chikwera, Presidente da República do Malawi, e manteve também encontro com o Conselho de Ministros da República do Malawi. A Missão da UA entregou um cheque de quinhentos mil dólares americanos (USD500.000,00) como gesto de solidariedade dos Estados-Membros da UA e apoio à tragédia registada.

**16.** A missão da UA efectuou visitas no terreno às colinas de Chilombe e Soche, a região mais afectada, e visitou campos de deslocados internos nessas regiões. A delegação reuniu-se com as pessoas deslocadas nos campos e manifestou a sua solidariedade para com o infortúnio causado pela catástrofe. A missão também se reuniu com a ONU e parceiros, onde a Comissária manifestou apreço pelo seu apoio destinado a dar uma resposta imediata a curto prazo à destruição catastrófica causada pelo Ciclone Freddy.

**17.** A Missão da UA realizou uma conferência de imprensa, na qual a Comissária elogiou o Governo do Malawi pela sua resposta e pelo trabalho contínuo em matéria de mitigação, adaptação, realojamento e oferta de meios de subsistência resilientes que está a ser realizado nas comunidades afectadas. Referiu também o gesto de solidariedade da Comissão e apelou aos parceiros para que continuem a apoiar o país.

**Resultados da Missão.**

**18.** A delegação tomou conhecimento de que foram confirmadas 681 mortes, 578 pessoas desaparecidas, mais de 2.000 feridos e mais de 600.000 pessoas deslocadas. Uma aldeia foi completamente arrastada e as infra-estruturas ficaram severamente destruídas.

**19.** O governo enviou as forças armadas para ajudar nos esforços de salvamento de vidas, nos esforços de resgate e acelerar a reabilitação das infra-estruturas. O processo de assentamento está em curso, enquanto as comunidades gravemente afectadas estão a ser abrigadas em campos. Uma das necessidades mais críticas é o abrigo. Para responder à procura urgente, o governo e os seus parceiros realizaram

um exercício de avaliação das necessidades e prepararam um plano de resposta de três meses. Este plano de resposta foi aprovado e está actualmente a ser implementado. Os Estados-Membros da região da SADC, o Governo, os Parceiros e as Organizações da Sociedade Civil têm contribuído para ajudar as famílias afectadas com abrigo, alimentação, educação, saúde e apoio psicossocial.

## **Desafios**

**20.** O Malawi está a enfrentar consequências humanitárias decorrentes de catástrofes naturais, que se traduzem na necessidade de reconstrução de casas, estradas, escolas, instalações de saúde, administração pública e serviços públicos. Este nível de reconstrução exige uma grande capacidade financeira para reconstruir adequadamente todas as infra-estruturas nas regiões afectadas.

## **Recomendação**

- a. É necessário prestar mais apoio para intensificar os esforços do Governo na resposta aos desafios humanitários causados pelas catástrofes naturais. Além disso, é necessário um apoio orientado para o desenvolvimento para facilitar o regresso, a reintegração e a reabilitação, sempre que possível.
- b. O país precisa de melhorar o seu sistema de coordenação para o tornar mais eficiente na resposta aos desafios que poderá enfrentar.
- c. O país está a concentrar-se na reinstalação dos deslocados internos em zonas mais seguras e de menor risco. No entanto, para se chegar a uma solução duradoura, esta deve ser efectuada mediante consulta, debate e participação dos deslocados internos. As pessoas que foram deslocadas à força tendem a regressar às suas terras de origem, apesar do elevado risco. Os deslocados internos devem ser informados, sensibilizados e consultados antes de serem reinstalados.
- d. Apela-se à comunidade internacional, em especial aos parceiros humanitários e de desenvolvimento, incluindo as agências das Nações Unidas e as organizações internacionais, para que continuem a apoiar o Governo nos seus esforços de reconstrução das infra-estruturas afectadas e na procura de soluções duradouras para os efeitos das catástrofes.

## **MALI**

**21.** O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos realizou uma missão de avaliação da solidariedade no Mali, liderada conjuntamente por S. Ex.<sup>a</sup> Minata Samate Cessouma, Comissária para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social e S.Ex.<sup>a</sup> Jainaba Jagne, Embaixadora da República da Gâmbia na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana e da Comissão Económica para África, de 05 a 09 de Fevereiro de 2023. Fez-se acompanhar de funcionários da Divisão de Assuntos Humanitários.

**22.** A missão ao Mali reuniu-se com diversos intervenientes, incluindo o Presidente de transição, o Primeiro-Ministro do Governo de transição, S.Ex.<sup>a</sup> Choguel Kokalla Maiga; o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdulaye Diop; o Ministro Delegado junto do Ministério da Saúde e Desenvolvimento Social, responsável pela acção humanitária, solidariedade, refugiados e deslocados, Oumarou Diarra, bem como agências da ONU e populações afectadas.

**23.** A missão efectuou também visitas no terreno a campos de refugiados/deslocados, nomeadamente, Meneka e Gao. Estas missões no terreno tiveram como objectivo reforçar a coordenação da resposta humanitária nestas duas regiões, a fim de apelar aos principais intervenientes, civis ou militares, para que facilitem ainda mais o acesso da ajuda humanitária às populações necessitadas. Em Gao e Menaka, a delegação manteve conversações com as autoridades regionais e os conselheiros regionais interinos, assim como com os actores humanitários. A missão visitou projectos e locais onde vivem deslocados internos, com os quais também discutiu as suas condições de vida e necessidades não satisfeitas.

### **Resultados da Missão**

**24.** Até ao período abrangido pelo relatório, em Fevereiro de 2023, a situação humanitária no Mali caracterizava-se por uma crise complexa que afectava o país e era motivada por conflitos, insegurança e choques climáticos, desencadeando deslocamentos de populações em grande escala, instabilidade sociopolítica, choques climáticos e epidemias e níveis sem precedentes de insegurança alimentar e nutricional. Na altura da missão, a insegurança no Mali devia-se a conflitos étnicos, ataques armados de grupos/actores não estatais contra civis, ataques de grupos extremistas e entre grupos rebeldes e grupos comunitários. O Mali está também a ser assolado por períodos de seca que aumentaram a insegurança alimentar. O país registou violações dos direitos humanos e violações do Direito Internacional Humanitário. Os ataques violentos dos insurgentes afectaram a população civil do país, com cerca de 8,8 milhões de pessoas afectadas e a necessitar de ajuda humanitária, ou seja, 42% da população.

**25.** Nas regiões de Gao e Ménaka, os combates activos entre grupos extremistas próximo de zonas povoadas têm sido a principal preocupação em termos de protecção, bem como os casos crescentes de intimidação das comunidades para consolidar a sua influência. O Estado Islâmico no Grande Saara continua a ser um dos principais autores de actos de violência, com ataques e ameaças em várias zonas das comunas de Djebok e Gabero, no distrito de Gao, Talataye e Tin Hama, no círculo de Ansongo, na região de Gao, e Anderamboukane, Emis Emis e Inékar, na região de Ménaka.

**26.** O agravamento da crise de protecção afectou negativamente a já terrível situação humanitária. O número de deslocados internos aumentou de 350 000 para 397 000 no centro e no norte do país, enquanto mais de 175 000 refugiados malianos se encontravam nos países vizinhos. Mais de 1,8 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar grave e 2 milhões de crianças com menos de 5 anos são

afectadas por desnutrição aguda. Embora os actores humanitários tenham envidado esforços significativos para fornecer aos deslocados internos identificados alimentos, abrigo e cuidados de saúde, a mobilização de recursos continua a ser o principal desafio.

**27.** A missão constatou que os esforços do governo interino em assegurar protecção, assistência e alojamento a pessoas deslocadas internamente são limitados devido a restrições financeiras. No entanto, a Direcção Nacional de Desenvolvimento Social (DNDS), em parceria com outros Parceiros, está a trabalhar para melhorar as condições de vida das pessoas deslocadas no Campo.

**28.** O governo implementou de forma pragmática a Convenção de Kampala de 2009 e a Convenção da OUA sobre os Refugiados de 1969, o que prova a incorporação dos quadros da União Africana, mas necessita da assistência das agências da ONU que trabalham no terreno para melhorar a situação das pessoas deslocadas e satisfazer as suas necessidades.

**29.** A missão constatou, durante a visita aos campos, que não existem estratégias de autossuficiência para os refugiados e deslocados no que diz respeito à geração de receitas, à agricultura e a outros meios de subsistência, especialmente porque o acesso à alimentação, à saúde e à educação é limitado.

### **Desafios**

**30.** Os principais desafios do Mali são a ocorrência de crises múltiplas, exacerbadas por choques climáticos, epidemiológicos, políticos e de segurança, que perturbam gravemente a prestação de serviços sociais essenciais à população, comprometendo os esforços de desenvolvimento.

### **Recomendações**

- a. É necessário incentivar as partes envolvidas a encetar um diálogo político para resolver o conflito em curso no país, efectuar uma transição política pacífica e criar condições favoráveis ao regresso, à reabilitação e à reintegração dos deslocados internos e dos refugiados em condições de segurança e dignidade.
- b. Há necessidade de apoiar o Governo do Mali na concepção e implementação de projectos que respondam às necessidades prementes dos refugiados e deslocados internos através de um maior diálogo com os parceiros. Para o efeito, o governo, os parceiros humanitários e os principais intervenientes devem concentrar-se e melhorar a segurança, a provisão de estabelecimentos de ensino, a disponibilização de estabelecimentos de saúde e de cuidados de saúde e a disponibilização de água e de instalações sanitárias.

## MOÇAMBIQUE

**31.** O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos realizou uma missão de avaliação humanitária a Moçambique, de 5 a 11 de Agosto de 2023, a fim de avaliar a situação humanitária geral no país, com destaque para a situação na província de Cabo Delgado, no norte do país. A missão foi chefiada por S.Ex.<sup>a</sup> Lamine Yahiaoui, Embaixador da República Árabe Sarauí Democrática junto da União Africana e membro da Mesa do Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos.

**32.** A missão trocou impressões com diferentes intervenientes, incluindo representantes do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, OCHA e autoridades locais da capital da província de Cabo Delgado, em Pemba.

**33.** A missão realizou também visitas no terreno a locais onde se encontram deslocados, na província de Cabo Delgado, para avaliar a situação dos deslocados.

### Resultados da Missão

**34.** Desde 2017, Cabo Delgado, a província mais a norte de Moçambique, é palco de uma insurreição mortífera. Uma insurreição islamista, conhecida localmente como al-Shabab (embora seja distinta do grupo com o mesmo nome na Somália), entrou no seu sétimo ano. Desde que iniciaram os seus ataques em Outubro de 2017, os militantes na província de Cabo Delgado, no norte do país, rica em recursos, mataram mais de 4 500 pessoas e deslocaram mais de um milhão, na sua maioria mulheres e crianças. Tropas do Ruanda e de países da região da África Austral ajudaram a conter a insurgência. No entanto, a violência do grupo contra civis continua, e em Maio de 2022, o comando central do Estado Islâmico (ISIS) reconheceu o al-Shabab como uma das suas divisões. Embora enfraquecidos ao ponto de não realizarem ataques complexos, como nos anos anteriores, os insurgentes continuam a recorrer a táticas de guerrilha e representam uma ameaça não só para Moçambique mas também para outros Estados da região.

**35.** A província de Cabo Delgado há muito que se encontrava propensa a conflitos. As principais fontes de frustração incluíam a exclusão socioeconómica e o ressentimento em relação à influência dos generais da era da libertação com interesses comerciais na província. Cabo Delgado continua a ser uma das províncias mais pobres de Moçambique, apesar das descobertas de minérios e de gás natural, que são vistos como estando a beneficiar as elites. Muitos dos membros do al-Shabab foram motivados a aderir à insurreição pelo desejo de partilhar os benefícios económicos através da tomada do poder. O grupoganhou força rapidamente, tornando-se uma ameaça para a estabilidade nacional e regional.

**36.** Durante a visita no terreno a Pemba e às cidades vizinhas, a missão constatou que a pobreza e a falta de inclusão socioeconómica fazem parte das causas do conflito



que têm de ser resolvidas. Estima-se que 945.000 pessoas tenham sido deslocadas internamente devido ao conflito armado na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, o que continua a aumentar as necessidades humanitárias.

**37.** Nas três províncias do norte de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, o conflito deixou mais de um milhão de pessoas em situação de insegurança alimentar, incluindo os deslocados e as famílias que os acolhem. Um número significativo de instalações de saúde foi danificado ou destruído, afectando a capacidade de detectar e responder a surtos de doenças e de prestar cuidados críticos e em tempo útil.

### **Desafios**

**38.** Para além das deslocações no norte de Moçambique, o país é regularmente afectado por ciclones, inundações e secas. Durante a época chuvosa de 2022, o país foi atingido por quatro fenómenos meteorológicos extremos, que afectaram mais de um milhão de pessoas e danificaram infra-estruturas públicas e privadas. As secas, que se têm tornado cada vez mais frequentes, são uma preocupação terrível para Moçambique, uma vez que 80 por cento da população de mais de 32 milhões de habitantes depende da agricultura de sequeiro.

### **Recomendação**

- a. Deverá ser prestado mais apoio para reforçar os esforços do Governo na resposta aos desafios humanitários causados pela insurreição na região de Cabo Delgado.
- b. A UA e os parceiros devem continuar a apoiar o país na implementação da Convenção de Kampala nas regiões afectadas pelas deslocações.
- c. Apela-se à comunidade internacional, em especial aos parceiros humanitários e de desenvolvimento, incluindo as agências das Nações Unidas e as organizações internacionais, para que continuem a apoiar o Governo nos seus esforços de assistência às pessoas deslocadas na região afectada.

## **REFUGIADOS SARAUÍS NA ARGÉLIA**

**39.** O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos organizou uma Missão de Avaliação Humanitária, de 07 a 12 de Agosto de 2023, aos campos de refugiados de Tindouf, na Argélia. A missão foi dirigida por S.Ex.<sup>a</sup> Mahlaba Ali Mamba, Embaixador do Reino de eSwatini na Etiópia, e Representante Permanente junto da União Africana e da Comissão Económica para África. Fez-se acompanhar de funcionários da Direcção de Saúde e Assuntos Humanitários.

**40.** A missão visitou S.Ex.<sup>a</sup> Burchrya Beyond, Primeiro-Ministro, S.Ex.<sup>a</sup> Mohamwd Moulud, Ministro das Finanças, S.Ex.<sup>a</sup> Mohamed Yahia, Director-Geral do Crescente Vermelho Sarauí, S.Ex.<sup>a</sup> Adda Ahmeim, Governador de Smare, e S.Ex.<sup>a</sup> Jura Bulahi, Governadora de Aswerd. Visitaram também a Associação Nacional de Detentos e

Prisioneiros, o Ministério dos Transportes, o Ministério dos Recursos Hídricos, os campos de refugiados de Smare e Aswerd.

### **Resultados da missão.**

**41.** A situação humanitária no campo de refugiados de Tinduf é prolongada e remonta a quase 25 anos e, à semelhança de outros casos prolongados em África, depara-se com uma redução da assistência financeira aos programas de refugiados. As pessoas que residem nestes campos dedicam-se a actividades geradoras de rendimentos, à agricultura e à produção de arte para colmatar a falta de financiamento e satisfazer as suas necessidades de subsistência.

**42.** O Crescente Vermelho Sarauí tem uma boa rede de distribuição que contribui para 85% da sustentabilidade dos refugiados nos vários campos. A educação, a segurança e as infra-estruturas essenciais para a protecção e a assistência às pessoas deslocadas são asseguradas pelo país de acolhimento.

### **Desafios**

**43.** Esta situação é exacerbada pelas deslocações prolongadas que afectam o financiamento humanitário. O país de acolhimento é obrigado a reforçar as capacidades dos refugiados para gerar receitas para o seu sustento.

### **Recomendações**

- a. O governo anfitrião e os parceiros humanitários devem alargar e proporcionar aos refugiados oportunidades de subsistência adaptáveis e relevantes a nível local, nos campos e nas suas imediações, dadas as condições climáticas áridas, de modo a melhorar as condições de vida dos refugiados.
- b. São necessárias instalações e sistemas de reciclagem de água para recolher e reciclar a água escassa nas condições climáticas áridas. Este trabalho deve ser realizado em larga escala.
- c. Há necessidade de implementar programas de desenvolvimento e envolvimento dos jovens nas escolas, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento de competências digitais e à literacia.
- d. As ONG baseadas em África devem ser incentivadas a reforçar as parcerias e a colaboração com o Crescente Vermelho Sarauí e a aumentar a sua presença nos campos de refugiados.
- e. É necessário reforçar as capacidades e apoiar o Crescente Vermelho Sarauí em função das necessidades, incluindo o intercâmbio, a partilha de experiências e o destacamento temporário de peritos.

## SOMÁLIA

44. O Subcomité do CRP para os Refugiados realizou uma missão de avaliação humanitária à República Federal da Somália de 09 a 15 de Setembro de 2023. A missão foi dirigida por S.Ex.<sup>a</sup> Jainaba Jagne, Embaixadora da Gâmbia na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana e da Comissão Económica para África. Foi acompanhada por funcionários do Departamento de saúde e da Missão de Transição da UA na Somália (ATMIS).

45. A missão reuniu-se com vários funcionários do governo, incluindo S.Ex.<sup>a</sup> Ahmed Yusuf Ahmed, Ministro do Ambiente e das Alterações Climáticas, S.Ex.<sup>a</sup> Hamza Abdi Barra, Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Somália e S.Ex.<sup>a</sup> Safia Hassan Mohamed, Comissária da Comissão Nacional para os Refugiados, Deslocados Internos e Repatriados, bem como com o executivo das organizações da sociedade civil. A missão manteve também reuniões com agências das Nações Unidas e parceiros humanitários que trabalham no país, que informaram a missão sobre a dimensão dos problemas relacionados com a seca e a fome no país, que afectam cerca de 7,8 milhões de pessoas, o que representa quase metade da população do país. A Somália vive uma crise humanitária prolongada e preocupante, que continua a aumentar com o advento dos fenómenos de alterações climáticas que afectam o país. A missão também se reuniu com os representantes das embaixadas dos Países que Contribuem com Efectivos Militares (TCC)

### **Resultados da Missão**

46. A Somália enfrenta uma situação humanitária grave, com 5 milhões de pessoas a necessitar de assistência humanitária, incluindo mais de 2 milhões de pessoas afectadas e 320 000 pessoas deslocadas devido à seca extrema. Não choveu na maior parte da Somália, o que provocou as piores colheitas sazonais de que há registo. Registaram-se também perdas de gado e preços elevados dos cereais.

47. As condições de seca no sul do país deterioraram-se de graves para extremas, enquanto as de outras regiões passaram de ligeiras para moderadas. Os poços de água estão a secar à medida que os níveis dos rios Juba e Shabelle continuam a baixar a um ritmo alarmante. Os preços da água aumentaram de forma acentuada, com as zonas oriental e central do Estado de Galmudug, Jubbaland e os Estados do Sudoeste a registarem os preços mais elevados.

48. A seca devastou os meios de subsistência, em especial porque as populações mais vulneráveis viram a sua capacidade de resiliência corroída por décadas de conflitos prolongados, choques climáticos e surtos de doenças. 75% dos somalis continuam a viver abaixo da linha de pobreza. A actual seca, a grave escassez de água e a falta de acesso a instalações sanitárias e de higiene aumentaram o risco de epidemias, incluindo a diarreia aquosa aguda e a cólera, especialmente nos campos de deslocados e nas zonas afectadas por conflitos.

**49.** A insegurança alimentar extrema continua a ceifar a vida dos somalis no meio de uma seca multi-sazonal sem precedentes no Corno de África oriental. Se as agências governamentais e os doadores internacionais não fornecerem níveis mais elevados de financiamento de ajuda no futuro, as mortes relacionadas com a fome podem exceder as da fome passada na Somália - que causou a morte de quase 260 000 pessoas.

### **Desafios**

- a. O principal desafio é a proposta de retirada dos soldados destacados pelo ATMIS, uma vez que se receia que tal possa resultar num elevado nível de insegurança para as pessoas em causa (refugiados e deslocados internos).
- b. O país é afectado pela insegurança alimentar causada pela seca e pela fome, atribuídas a chuvas irregulares, muito escassas ou inexistentes.
- c. O país enfrenta um financiamento inadequado, especialmente para os deslocados internos, pelo que a intervenção dos parceiros só está presente onde existe a presença da ATMIS e da UNSOS. Existem igualmente défices de financiamento que afectam as respostas completas às deslocações internas em massa, provocadas por conflitos e por catástrofes causadas pelo clima.

### **Recomendações**

- a. A UA e toda a comunidade internacional têm de defender a prestação urgente de assistência humanitária à Somália e de mobilizar e apelar a soluções duradouras para as pessoas deslocadas à força na Somália.
- b. Há que incentivar o governo a integrar as necessidades humanitárias nos planos nacionais de desenvolvimento.

### **III. PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS ACTIVIDADES NO ÂMBITO DO MANDATO DO SUBCOMITÉ DO CRP PARA OS REFUGIADOS I**

**50.** Para além das missões de avaliação humanitária, o Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos também participou noutras actividades no âmbito do seu mandato, como se segue: -

- a. O Subcomité participou no Fórum Anual da Juventude, co-organizado com o Gabinete do Enviado Especial da UA para a Juventude, que teve lugar de **15 a 17 de Maio de 2023**, em Madagáscar, onde os jovens ofereceram o seu tempo, competências e conhecimentos através dos serviços de voluntariado em situações de crise humanitária em África, defendendo as necessidades das pessoas afectadas por crises humanitárias em África; a utilização da tecnologia e da inovação na resposta humanitária e modelos de liderança na resposta humanitária em África.
- b. O Dia Africano/Mundial do Refugiado - **20 de Junho de 2023** - foi comemorado

sob o lema “Esperança longe de Casa: Por um mundo onde os refugiados estejam sempre incluídos” e reitera a questão global da inclusão dos refugiados em África. O departamento, em conjunto com o ACNUR, organizou um painel para abordar esta questão.

- c. Os membros do Subcomité do CRP para os Refugiados também participaram no programa de reforço das capacidades em matéria de Arquitectura Humanitária Africana: Lei e Política, organizado de **28 a 30 de Agosto de 2023**, em Bujumbura, Burundi.
- d. O Subcomité do CRP para os Refugiados participou na reunião de peritos que trabalhou na incorporação dos contributos dos Estados-Membros no projeto de Protocolo sobre Apátrida, que teve lugar nos dias **04 e 05 de Setembro de 2023**, na Cidade do Cabo, África do Sul.
- e. O Presidente do Subcomité do CRP para os Refugiados participou ainda num evento paralelo em Nova Iorque, Estados Unidos da América, nos dias **21 e 22 de Setembro de 2023**, sobre “o custo da inação no Sudão”, onde foram feitas várias recomendações à luz da situação no Sudão. A segunda, organizada pela Missão Suíça junto da ONU, discutiu a protecção dos civis em África e propôs formas de ultrapassar os desafios associados a esta questão.
- f. O Presidente do Subcomité, S.Ex.<sup>a</sup> Mahlaba Ali Mamba, participou de **04 a 09 de Outubro de 2023**, em Genebra, na Suíça, na 74.<sup>a</sup> sessão do Comité Executivo do Programa do Alto Comissariado (ExCom), onde todos os países participaram e apresentaram relatórios sobre a situação humanitária nos seus países. A maioria dos países africanos referiu que estão a ser envidados esforços para acolher refugiados nos seus territórios, não obstante a redução do financiamento humanitário a nível mundial.
- g. Os membros da Mesa do Subcomité do CRP para os Refugiados e os que realizaram missões de avaliação humanitária ao longo do ano participaram no 11.º Simpósio Humanitário Anual, organizado no final de **Novembro de 2023** em Nairobi, Quênia, que reuniu todos os intervenientes humanitários para debater a situação humanitária em África.
- h. Em **Dezembro de 2023**, o Subcomité do CRP participará na reunião do Pacto Global sobre os Refugiados (PGR), que se alinha em grande medida com a visão pan-africana da CUA sobre a gestão de situações humanitárias.
- i. Reuniões da Mesa e do Subcomité do CRP para os Refugiados realizadas durante o ano de 2023:

10 de Março de 2023

- Reunião da Mesa para preparar a Reunião Plenária

- 28 de Março de 2023 - Reunião Plenária com foco em: -  
 - Entrega das pastas pelos antigos Membros da Mesa  
 - Aprovação do Plano de Trabalho de 2023.
- 04 de Maio de 2023 - Reunião de Emergência da Mesa para debater o conflito no Sudão e o seu impacto nos países vizinhos.
- 01 Setembro 2023 - Reunião da Mesa para preparar a Reunião Plenária  
 13 de Setembro de 2023 - Reunião Plenária com foco em: -  
 - Informe do ACNUR sobre as Promessas do GRF,  
 - Propostas da UA sobre as Promessa do GRF,  
 - Informe sobre a Operacionalização da AHA  
 - Situações de catástrofes na Líbia e em Marrocos
- 01 de Dezembro de 2023 - Reunião da Mesa para preparar a Reunião Plenária
- 04 de Dezembro de 2023 - Reunião Plenária com foco em: -  
 - Apreciação dos Relatórios a serem apresentados à Cimeira de Janeiro/Fevereiro de 2024

#### IV. RECOMENDAÇÕES

51. O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos decide:

- a. Apelar aos Estados-Membros da UA e à comunidade internacional para que apoiem a resposta humanitária nos países africanos mais afectados por crises humanitárias de longa duração, com especial atenção para a região do Corno de África, o número de casos sarauís, a região dos Grandes Lagos e a região do Sahel.
- b. Felicitar os Estados-Membros que honraram os seus compromissos e apelar, aos que ainda não o fizeram, para que o façam o mais rapidamente possível. É necessário um maior acompanhamento dos parceiros que assumiram compromissos durante a Conferência de Doadores de Malabo para que honrem os seus compromissos e apoiem as necessidades humanitárias em África.
- c. A Comissão deve assegurar que a Agência Humanitária Africana esteja operacional em 2024, o mais rapidamente possível, a fim de aliviar a terrível situação humanitária da população vulnerável visitada em diferentes países durante as missões no terreno.
- d. Aprovar as propostas de promessas apresentadas pela Comissão para serem

apresentadas no Fórum Mundial sobre os Refugiados, centrado na implementação do Pacto Mundial sobre os Refugiados.

- e. Continuar a acompanhar a difícil crise humanitária no Sudão e as tendências de deslocação para os países vizinhos (Chade, Egipto, Etiópia e Sudão do Sul), no Sahel, na região do Corno de África e na bacia do Lago Chade, assim como as catástrofes que assolaram a Líbia e o Marrocos e a região da África Austral.
- f. Apelar a todos os Estados-Membros, que ainda não assinaram ou ratificaram a Convenção da OUA de 1969 e a Convenção de Kampala de 2009, a fazê-lo, e aqueles que ratificaram estes instrumentos são instados a incorporá-los plenamente nas suas leis e políticas nacionais para permitir a sua implementação efectiva a nível local e nacional.
- g. Felicitar todos os Estados-Membros que acolhem refugiados, requerentes de asilo e migrantes e apela à solidariedade global e à partilha de encargos com estes países e as comunidades de acolhimento.

## V. CONCLUSÃO

**52.** O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos manifesta o seu apreço aos governos dos Estados-Membros visitados em 2023, e aos parceiros humanitários e outros intervenientes que trabalham nos países visitados pela sua colaboração com o Subcomité durante as missões de avaliação.

**53.** O Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos manifesta também o seu apreço aos Embaixadores que conduziram as missões de avaliação durante o período em análise e incentiva outros Embaixadores a apoiarem o Subcomité na realização desta nobre tarefa.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

---

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

---

2024-01-15

# Report of the 2023 activities of the PRC Sub-Committee on refugees, returnees, and internally displaced persons

African Union

African Union

---

<https://archives.au.int/handle/123456789/10498>

*Downloaded from African Union Common Repository*